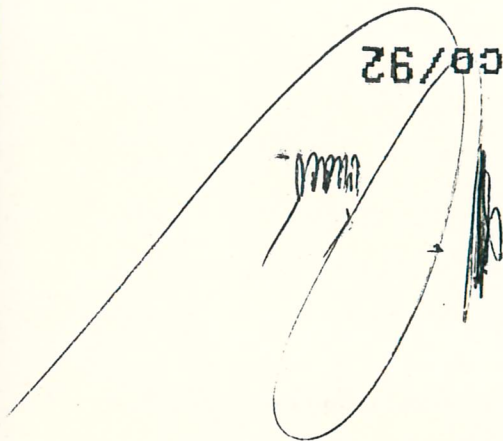


Secretaria da Educacao do Estado
do Ceara
Coordenadoria de Planejamento

Plano Global/92

Fortaleza, Março/92

A large, stylized handwritten signature in dark ink, with a long horizontal stroke extending to the left. Below the main signature, there are smaller, less distinct handwritten marks that appear to be initials or a second signature.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	PAG.
INTRODUÇÃO	
I - SITUAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL NO CEARÁ	05
II - POLÍTICAS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O SETOR EDUCACIONAL	09
III - AÇÕES/CUSTOS	23
ANEXOS	41

O Plano Global da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, objeto de negociação da programação/92, com o Ministério da Educação, envolve ações realizadas no âmbito da Educação Básica.

O presente documento se constitui de uma síntese do diagnóstico do Estado do Ceará, do conjunto de Políticas e Prioridades que indicam os caminhos para minimizarem a problemática diagnosticada e enfatiza as estratégias que reforçam a qualidade do ensino, contidos no Plano Setorial de Educação.

As ações, estabelecidas por nível de ensino, de forma global e a previsão de recursos financeiros traduzem as prioridades, para viabilizarem as políticas.

- Escola Pública de Boa Qualidade
- Valorização dos Profissionais do Ensino
- Racionalização e Democratização da Gestão do Ensino.

A partir da definição, pelo MEC, da dotação referente às transferências de recursos para o Estado, serão detalhados os projetos de acordo com as diretrizes estabelecidas.

0 aporte financeiro que dará sustentação ao presente plano, está orçado em Cr\$ 93.941.875,00 (NOVENTA E TRÊS BILHÕES, NOVECIENTOS E QUARENTA E HUM MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL CRUZEIROS), incluindo-se os recursos já assegurados pelo-SE/QE e demais fontes de recursos próprios do Estado, de acordo com o quadro a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO - CP
SÍNTESE

EM CR\$ 1.000,00

CARACTERIZAÇÃO	RECURSOS			
	TOTAL	ASSEGURADOS		
		ORÇ. (1)	FDC (1)	SE/QE
INDAMENTAL	49.734.908	831.974	1.504.893	22.815.386
PRÉ-ESCOLAR	100.000	-	-	-
ESPECIAL	100.000	-	-	-
ODIO	3.116.469	811.765	519.615	-
DE JOVENS E ADULTOS	1.747.105	-	-	-
ADOD E RECURSOS HUMANOS	15.259.224	-	-	1.652.708
ZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DE ENSINO....	23.884.169	468.000	333.311	2.440.123
GERAL	93.941.875	2.111.739	2.357.819	26.908.217
valores indicados representam os recursos de Projetos em negociação com a SEPLAN, de janeiro a março/92.				
				62.564.100

INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará ao se definir por uma política educacional voltada para a melhoria da qualidade do ensino, responsabilizando a escola pelo produto por ela gerado, prevê ações para o exercício/92 visando, tanto a continuidade e o fortalecimento da programação iniciada em 1991, como a introdução de outras ações, inclusive geradoras de inovações pedagógicas.

Para implementar as políticas - ESCOLA PÚBLICA DE BOA QUALIDADE, VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO E RACIONALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO, definiu-se como prioridades:

- a melhoria do processo de alfabetização, regularizando o fluxo escolar nas séries iniciais do 1º grau, na zona urbana;

- a autonomia gradativa da escola, tornando-a gestora dos recursos para a sua manutenção e apoiando-a tecnicamente para a elaboração, execução e avaliação do seu projeto pedagógico;

- a formação do pessoal docente a nível do 2º grau;

- o aperfeiçoamento do pessoal envolvido no ensino, notadamente o corpo docente.

- o suprimento e controle dos recursos humanos;

- a cooperação Estado/Município a fim de assegurar a expansão e melhoria do ensino;

- a descentralização da gestão do sistema, garantindo que o fluxo das informações que realimentam o processo pedagógico e administrativo, parta da escola, se fortaleça nas DERs e se consolide a nível central;

- a modernização administrativa do sistema, através da informatização, de forma a permitir a melhoria do gerenciamento da SEDUC, quanto aos recursos humanos, financeiros e materiais;

- o planejamento da rede física e a reorganização do Parque Escolar; a avaliação do desempenho da escola e da qualidade do seu produto - a aprendizagem do aluno.

A concepção de inovação pedagógica está relacionada à ideia central de regularização do fluxo escolar através de uma gestão pedagógica participativa, cujas ações serão detalhadas em projetos que contemplem:

- a realização de estudos e utilização de resultados de pesquisas que identifiquem o nível das dificuldades de aprendizagem dos alunos, numa amostragem de escolas da Capital, em articulação com a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza, utilizando o agrupamento de escolas por zonas educacionais;

- a cooperação técnico-pedagógica por parte da SEDUC/DERE para a escola elaborar, executar e avaliar o seu projeto pedagógico;

- a utilização do sistema de monitoria aos professores, em articulação com as escolas que mantêm curso pedagógico, tendo em vista aperfeiçoar a formação das professorandas e recuperar a aprendizagem dos alunos, com base nas dificuldades identificadas;

- a realização, na própria escola, ou agrupamento de escolas, de treinamento dos professores e demais integrantes do seu corpo técnico;

- o repasse de recursos para a escola administrar a sua aplicação, através do colegiado;

- a definição de indicadores que permitam avaliar o desempenho da escola (eficiência) e a qualidade do ensino (resultado da aprendizagem do aluno);

- a aplicação de teste, pela SEDUC, para avaliar a aprendizagem do aluno;

- a divulgação dos resultados da avaliação do desempenho da escola e da aprendizagem do aluno, com a participação dos pais, na própria comunidade e através dos telefonos para todo o sistema de ensino.

- a transformação de escolas de 18 e 20 graus em centros regionais de referência, atuando como irradiadores do padrão de qualidade do ensino, para outras escolas.

Estas ações contribuirão para que em 1993 seja possível viabilizar a categorização das escolas por níveis, considerando como critérios básicos, o desempenho da escola (eficiência) e a qualidade do ensino (aprendizagem do aluno), definindo-se, a partir daí, mecanismos que estimulem a escola a atingir os níveis mais altos de desempenho.

1 - SITUAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL NO CEARÁ

Assegurada constitucionalmente, a educação tem sido entre nós um sistema elitista porque beneficia a população escolarizável de forma muito lenta, e em qualidade deplo-
rável.

Uma análise do crescimento da matrícula nos seus diversos graus e modalidades de ensino revela que a década 80/90, foi pouco significativa se for tomada como parâmetro a década anterior, em que manifestou uma explosão de matrículas, como se verifica na tabela nº 01.

TABELA 01
ESTADO DO CEARÁ
MATRÍCULA, TAXA REAL DE ATENDIMENTO POR GRAU
OU MODALIDADE DE ENSINO
1970/80/90

GRAU OU MODALIDA- DE DE ATENDIMEN- TO	1970	1980	1990	TAXA REAL DE ATENDIMENTO		PARTIC. DA REDE ESTADUAL
				1990	1980	
Ed.Pré-Escolar	12.897	56.212	178.533	58,9	-	16,8%
Ed.Especial	-	-	3.355	-	-	50,0%
Ens.1º grau	511.930	1.019.939	1.349.627(1)	74,5	-	50,0%
Ens.2º grau	27.441	80.951	103.916	-	-	35,3%
Ens.Supletivo	-	-	49.609	-	-	50,0%
Ens.Superior	9.270	33.753	36.166	-	-	79,8%
TOTAL	561.538	1.190.855	1.824.638	-	-	38%

FONTE: Planos Estaduais de Educação 70/80 e Plano Integrado de Investimento Estado/Município - 1991 p1.81.

(1) Dos quais 1.094.970 na faixa de 7 a 14 anos. A população na faixa é de 1.388.368.

A tabela 1 permite verificar a incommum expansão de matrícula na década 70/80, havendo mesmo duplicação de oferta em todos os graus e modalidades de ensino.

Entretanto, pode-se verificar na mesma tabela que a década 80/90 manifesta uma proporção menor de oferta de vagas, especialmente em relação ao ensino de 2º grau.

Uma análise atualizada da situação dos diferentes graus e modalidades de ensino permite a seguinte configuração no Estado do Ceará:

a) 0 Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, não foi ainda universalizado por uma série de fatores, citando-se, entre eles, a repetência, a evasão escolar, a falta de condições de saúde e alimentação do aluno, aliando-se, também, os componentes administrativos.

como um problema prioritário a ser contornado, os indicadores de produtividade desse grau de ensino, expressam que de cada geração escolar, apenas 16,6% dos alunos concluem a 4ª série e 6,5% a 8ª série do primeiro grau. Os índices de repetência anual da ordem de 20%, enquanto a evasão é representada por 15%. Como os dados da repetência se sucedem, efetiva-se a obstrução do fluxo escolar, a redução da oferta de vagas, além do sentimento do fracasso causado ao aluno. A evasão por outro lado, contribui para a elevação do índice de analfabetos funcionais que dificilmente retornam à escola. Uma análise da distribuição da matrícula por série permite apreender que dos 1.349.627 alunos, cerca de 50,5% frequentavam classes de alfabetização ou 1ª série do 1º grau, 36,3% da 2ª à 4ª séries e 22,2% da 5ª à 8ª séries do 1º grau. Dos 299.315 alunos das séries terminais do 1º grau, apenas 45.000 frequentavam o ensino regular pela televisão educativa. A responsabilidade do Poder Público por este grau de ensino, em 1990, era da ordem de 83,4% dos quais 35,3% da rede estadual. Adotando-se o conceito de professor leigo - "entre os que não têm 2º grau" - o Estado do Ceará contava com 13.410 professores sem titulação, trabalhando, especial - mente, em escolas municipais situadas na zona rural.

b) Como etapa final da educação básica, o Ensino Médio (1) no Estado atendeu apenas 103.916 pessoas em 1990, ou seja, 14% da população na faixa etária de 15 a 19 anos, ou 6% da população do sistema escolar, apenas 41% dos municípios do Estado. O panorama do 2º grau é preocupante, tanto porque as vagas são insuficientes e mal distribuídas, quanto por fatores outros, que também associam questões curriculares, oferta de ensino quase sempre à noite, altas taxas de evasão e professores inabilitados. Traduzindo-se os concluintes desse grau de ensino em clientela potencial para o ensino superior a expectativa que se tem, sobretudo no interior, é de pouca procura ou insuficiência de candidatos de 2º grau para abastecer o 3º grau, associada a baixa qualidade de ensino. Ao mesmo tempo, a demanda para ensino superior vem sendo atendida por instituições escolares do setor privado que, no 2º grau, absovem 39% da matrícula, enquanto a rede estadual atende a 50%, a rede federal 3% e a rede municipal 8%. Ressalta-se que o incremento ocorrido no 2º grau no período 86/90, deveu-se na rede estadual, à estratégia de transformar escolas de 1º grau em escola de 1º e 2º grau, sem preocupação com construções novas para tal fim. Há um predomínio de oferta de cursos de habilitação para o magistério, que atendem a 43% da clientela; 20% de cursos profissionalizantes e 37% cursos não profissionalizantes, todos oferecidos em 376 escolas. A Constituição Federal estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivada mediante garantia de progressiva extensão, obrigatória e gratuidade no ensino médio.

c) Além dos problemas afetos ao ensino fundamental e médio, o Estado se defronta com uma taxa de analfabetismo da ordem de 37,2% da população de 15 anos e mais.

0 art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias manda que nos dez primeiros anos de promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolva esforços, mobilizando a sociedade civil para eliminar o analfabetismo e universar o ensino fundamental utilizando-se, para tanto, uma aplicação mínima de 50% dos recursos vinculados para desenvolvimento e manutenção do ensino. A tarefa é atualmente empreendida basicamente pela rede estadual, através do Ensino Supletivo, em escolas situadas na zona urbana e, quase sempre, ofertado à noite, onde a clientela é discriminada até em termos de material e alimentação escolar.

d) Se for levado em conta o atendimento na pré-escola, a população na faixa etária de 5 a 6 anos, o Estado ainda apresenta um déficit de atendimento da ordem de 41%. Há que se ressaltar contudo, que a Constituição Federal estabelece como obrigação do Estado (Art. 208, IV) a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. As orientações explícitas na CF evidenciam uma visão atenta de questões específicas de natureza educacional cabendo ao Poder Público gerir harmoniosamente as mudanças desejadas.

e) Na área da Educação Especial, segundo estimativas da ONU, 10% da população dos países de nível de desenvolvimento do Brasil são portadores de deficiência, incluindo-se, portanto, que o Estado contaria com 635.334 deficientes (dados preliminares do Censo de 91). O atendimento no ano de 91 foi de apenas 3.355 escolares, o que evidencia que apenas 0,005% da população está atendida. Dessa oferta a rede estadual participava com 50,37%, a particular com 44,17% e a municipal com 5,45%.

Tais são, de forma resumida, as questões com que se debate o ensino no Ceará, que, incluída a educação superior, atende a 28,14% da população do Estado, onde prepondera o atendimento na rede pública da ordem de 78,96% dos quais, 30,3% na rede estadual.

II - POLÍTICAS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O SETOR EDUCACIONAL

Historicamente as instituições de Educação Pública não têm, atendido às expectativas e demandas da sociedade. Assim, fica evidente que se faz necessária a definição de políticas estaduais que atendam às aspirações sociais, de modo a traduzi-las em objetivos e metas claras, capazes de orientar os planos de trabalho nos vários segmentos da sociedade.

Somam-se estes aspectos àqueles decorrentes de conquistas políticas oriundas de uma nova ordem sócio-constitucional e do avanço da ciência e da tecnologia. Todos esses aspectos, aliados ao diagnóstico da realidade educacional cearense, revelam que urge ser a educação tratada como a prioridade, onde o curso oficial ceda lugar às ações efetivas de atendimento às demandas sociais da educação e à agilização dos fluxos e processos gerenciais, de forma a envolver a participação responsável dos segmentos sociais.

A educação, enquanto componente capaz de contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos, cumpre também o papel de transmissora e apropriadora do saber, promovendo passagens de um estágio a outro na vida desses cidadãos. A medida que a educação cumpre suas tarefas e função social, está possibilitando ao homem o desenvolvimento da capacidade de interagir com seu próprio meio, integrando-se a ele e participando dos processos de luta e barganhas sociais, na construção coletiva da sociedade.

Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação, enquanto instância que define e gerencia políticas educacionais, compete a coordenação de processos que efetivem a concretude de tais políticas, cabendo-lhe, ainda, um papel articulador de redes, instituições e segmentos sócio-educacionais para o desenvolvimento pleno da educação no Estado. Papel fundamental cabe à Delegacia Regional de Educação - DERF, na mediação entre o órgão central do sistema e as demais instâncias executoras das diretrizes e políticas educacionais formuladas. A estas instâncias cabe facilitar o trabalho das escolas. Estando interessada e comprometida na criação de condições para que a escola assuma seu papel de maneira efetiva, compete a tal instituição orientar e oferecer diretrizes que possam congregar os interesses mais gerais da escola, que deverão voltar-se para a construção do cidadão e da cidadania que vai além da reivindicação formal.

Com essa compreensão, a Escola, como uma das agências que promovem a educação, tem seu papel e especificidade no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico-cultural da sociedade. A escola compete a preparação do educando para o domínio da língua materna como instrumento de comunicação e expressão.

mente o mundo físico e social; para o manejo dos números e quantidades, de modo a desenvolver, no aluno, o raciocínio abstrato, lógico e matemático, além de promover o desenvolvimento de habilidades técnicas tendo em vista sua atuação no mundo do trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento e construção da sociedade. Uma escola assim concebida deve ter como eixo central o processo ensino-aprendizagem e, ao assumir funções de outra natureza, deve ter clareza que estas decorrem das contingências sociais historicamente construídas, mas elas devem estar subordinadas à tarefa fundamental da escola.

Diante dos desafios que deverão ser enfrentados para contornar o quadro crítico delineado do diagnóstico, no âmbito da rede pública, a Secretaria da Educação - SEDUC adotará como vertentes básicas de sua política.

1- ESCOLA PÚBLICA DE BOA QUALIDADE

2- VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO

3- RACIONALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO

As políticas explicitadas demandam especificações e detalhamento em nível mais operativo. Para tanto as diretrizes que nortearão o trabalho em prol da educação deverão ser traduzidas em ações concretas em todas as instâncias: da SEDUC às DREs e ESCOLAS.

Uma diretriz fundamental: o aluno, o professor e a escola pública são, ao mesmo tempo, alvo, campo de ação e conteúdo de trabalho de todos os educadores. Para eles deve ser dirigida a maior fatia do bolo orçamentário, tendo presente que a ESCOLA deve superar dificuldades tais como as da desorganização, ineficiência e indisciplina, lutando contra o espontaneísmo e ultrapassando dificuldades socialmente produzidas.

Para a operacionalização das diretrizes há que se ter presente que a estrutura educacional deve ser um todo integrado em termos de orientação, presença e ação, devendo para tanto desenvolver cada instância, a seu nível:

- a) a função estratégica de antecipar e viabilizar ações que tenham efeitos diretos sobre a oferta presente e futura da educação;
- b) a função prospectiva para garantir a continuidade administrativa e a eficácia na tomada de decisão;
- c) a função racionalizadora de forma a se adequarem os meios aos fins.

Em decorrência haverá modificações na gestão educacional, tendo em vista desconcentrar decisões, definir controles efetivos, captar e gerenciar recursos de forma mais rápida e a custo mais baixo, tendo em vista chegar à ponta do sistema - a escola, onde estão o aluno e o professor.

dades educacionais não é obra para um só governo, mas para gerações. O compromisso do atual governo é dar um passo decisivo nessa direção, tarefa que há de ser enfrentada a cada dia desta gestão governamental e para a qual se convoca toda a sociedade. Por muito que o Estado deva e possa fazer nessa área, educação não é apenas atribuição governamental, pois depende da colaboração e do controle daqueles, que, de uma maneira ou de outra, a financiam.

2 - CRESCER COM QUALIDADE:

- um breve exame da oferta escolar no Ceará evidencia que o ensino fundamental está ainda não está universalizado. É preciso concentrar esforços na ampliação de matrículas e criar condições para assegurar que essa expansão se faça sob o signo da qualidade e da racionalização da oferta. Do mesmo modo, é necessário reconstruir o sistema escolar existente, recuperando a rede pública, capacitando os profissionais da educação e criando outros mecanismos para abrir caminho à revolução do ensino no Ceará.

O que se pretende, pois, é garantir o acesso e a permanência bem sucedida na escola, mesmo porque a repetência e a evasão estão no cerne da seletividade que instala focos de estrangulamento ao longo de todo o processo escolar, em particular na passagem da 1ª para a 2ª série, da 4ª para a 5ª série e da 8ª para a 9ª grau. Os mecanismos de seletividade que são peculiares à própria escola, demandam respostas complexas, exigindo concentrar esforços imediatos na qualificação dos profissionais

3 - PARTIR DA ESCOLA, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO:

- O crescimento do Estado na oferta de serviços educacionais provocou uma hipertrofia das estruturas técnicas e burocráticas, criando uma rede de intermediações que foi, pouco a pouco, concentrando o poder decisório nos organismos centrais da educação, afastando a escola do centro das decisões que a ela dizem respeito. Sem autonomia administrativa e financeira para as mais elementares providências de rotina, raramente seus direitos e professores tiveram mecanismos para superar a centralização.

Do mesmo modo como a centralização distorceu a relação entre os órgãos da administração escolar e a escola, também os munici-

controle sobre a ação escolar, pretendendo investir esse processo estimulando a conquista da autonomia, mediante um acompanhamento atento da sociedade e do Estado, o que será feito através de uma avaliação sistemática de tudo o que é desenvolvido pela escola.

4 - DEVOLVER A DIGNIDADE AO TRABALHO DO PROFESSOR:

Nenhuma tarefa educacional poderá acontecer sem uma real valorização do trabalho do professor e dos demais profissionais da educação. Isto será feito através de algumas medidas simples e inadiáveis que permitirão redescobrir o profissional no professor, mediante uma política clara e permanente de capacitação docente; do concurso e seleção interna como forma de acesso e promoção e da recuperação do poder salarial, agravado de modo gritante nos últimos anos. Comporta também o estabelecimento de controle, adotando sistema de auditoria e lotação de profissionais nas próprias unidades escolares.

5 - COMEÇAR PELA CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR:

A opção de uma sociedade empenhada na construção da cidadania resulta na prioridade à infância. Desse modo, o atendimento à criança em idade escolar é meta principal de política educacional do Governo, com ênfase nas classes de alfabetização e nas séries iniciais do ensino fundamental.

Ao lado de uma atenção prioritária às séries iniciais, é preciso não desconsiderar os outros graus e modalidades de ensino, para os quais serão destinados recursos que permitam o aumento de sua oferta e a melhoria de sua qualidade.

6 - SOMAR ESFORÇOS NA AÇÃO EDUCATIVA:

A tarefa governamental não pode fragmentar-se. Para isto é imperioso somar forças, incorporando a educação ao conjunto da ação estatal. Isto será feito mediante uma articulação entre os órgãos do Executivo e entre o Estado e os municípios para evitar a duplicação de esforços e de recursos. As instituições públicas de ensino superior se integrarão a este esforço, colaborando na formação de professores e no desenvolvimento de atividades voltadas para a solução dos problemas da educação pública no Ceará.

A operacionalização das políticas e diretrizes dar-se-á a partir das

Estratégias para acomodação da demanda e para melhorar o percurso do aluno estarão presentes na primeira vertente da política educacional A. Escola Pública de Boa Qualidade, além da preocupação com a qualidade que deve passar pelo processo educacional, atingindo desde a administração do sistema e das instituições escolares até a relação que se desenvolve em cada sala de aula, de cada escola cearense.

1.1 - A área de adequação da demanda ou de ACCESSO deve estar voltada, prioritariamente, para racionalizar o uso e melhorar a capacidade da rede física já instalada. Nesta linha a Secretaria da Educação adotará as seguintes medidas:

- concentração de esforços para integração das redes estadual e municipal de forma a atender prioritariamente à clientela do ensino fundamental. Esse esforço traduz-se numa estratégia de racionalização da capacidade instalada, o que deverá ser realizado através do micro-planejamento ou planejamento da rede e do mapeamento escolar;
- acomodação da demanda de forma a eliminar o(s) turno(s) intermediário(s);

- garantia de uma carga horária diária de quatro horas e trinta minutos nas séries iniciais do 1º grau, no turno diurno, atingindo gradativamente as cinco (05) horas;
- atendimento às condições do aluno do curso noturno quanto à integração trabalho/escola, assegurando-lhe a flexibilidade para o cumprimento de 4 horas diárias;

- remanejamento dos alunos de 14 anos e mais que cursam o 1º grau de 5ª a 8ª séries, em turno diurno, para o turno noturno, adotando-se o sistema de teleeducação, nos municípios onde haja viabilidade para a adoção desta tecnologia;

- aquisição de vagas ociosas na rede particular de ensino, desde que esta alternativa se apresente economicamente viável e garanta padrões mínimos de qualidade a serem avaliados periodicamente;

- alteração da política de criação de escolas, viabilizando um esquema que defina previamente a demanda escolar prioritária a ser atendida, evitando que os critérios para oferta de cursos e séries decorram de atendimento a interesses clientelísticos;

- acomodação da demanda escolar a partir da adoção de tipos de construção adequados à sua especificidade, utilizando-se o seguinte esquema:

materiais que possam ser deslocados para áreas de assentamento definitivo dessa população;

b) em cidade de porte médio com crescimento populacional orientado por movimentos migratórios acentuados ou em bairros que estão sendo povoados gradativamente, as construções deverão apoiar-se em projetos de engenharia que permitam a ampliação paulatina das escolas;

c) em locais com rede escolar superlotada, cidades de porte médio e área metropolitana, as alternativas orientam-se para a reordenação espacial da rede, com melhorias qualitativas, construções novas, inclusive centros de atendimento integralizados.

- adoção da sistemática de transporte escolar também em áreas rarefeitas ou quando o número de alunos, por turma, for reduzido em relação aos padrões básicos estabelecidos;

- definição de padrões mínimos e máximos de quantidade de alunos, por turma, de modo a manter ocupado o universo de salas de aula das escolas, ensinando uma melhor relação professor/aluno;

- articulação da escola com outras instituições tendo em vista a utilização de equipamentos de saúde, lazer e cultura.

1.2- No sentido de melhorar o percurso escolar serão detectados os entraves ocorridos na passagem dos alunos da 1ª para a 2ª série, da 5ª para 6ª série e da 8ª série para o 1º ano do 2º grau.

A temática do percurso está associada à questão da evasão e repetência que impedem a regularização do fluxo escolar e têm efeitos danosos sobre o acesso e a acomodação da demanda.

Na linha da melhoria do percurso escolar as estratégias básicas serão orientadas para:

- redefinição da proposta curricular da pré-escola, da classe de alfabetização, do ensino de 1º grau e do 2º grau, com os seus conteúdos mínimos estabelecidos a nível central e a sua construção realizada a nível escolar.

Este enfoque firmará-se na valorização das disciplinas fundamentais tais que instrumentalizam o homem para o domínio dos códigos linguísticos, dando-se a maior destaque à leitura, escrita, cálculo matemático e conteúdos básicos de ciências e humanidades. Outros conteúdos específicos explicitados na Constituição Estadual (Art. 215, § 1º) devem ser tratados de forma integrada aos conteúdos básicos, evitando-se a fragmentação curricular e do tempo escolar:

- enfrentamento da questão da repetência e evasão, na tentativa de regularizar a trajetória escolar como estratégia que tem um efeito mais imediato na acomodação de novas demandas educacionais, através da criação de um horário especial, dentro do horário sobretornante, para a realização de exercícios de reforço de aula e fixação de aprendizagem;

- realização de estudos e pesquisas aplicadas especialmente à identificação de estratégias operacionais para reduzir a repetência escolar;

- elaboração de diagnósticos para estabelecer formas de trabalho diversificado com alunos de classes heterogêneas;

- celebração de acordos, convênios etc, com entidades governamentais e não governamentais, objetivando a oferta de estágios, para os alunos que alcançarem rendimento satisfatório de aprendizagem durante todo o ensino fundamental.

1.3- A questão da qualidade do ensino associa-se à temática do currículo, já explicitada no item anterior e diz respeito a uma série de ações que poderão ser viabilizadas através de:

- reequipamento e melhoria funcional das escolas públicas e dos órgãos de coordenação regional e municipal;

- garantia, em tempo hábil, aos alunos do ensino fundamental, do livre acesso às disciplinas básicas;

- transformação de escolas com potencial de qualidade em centros de referência, a fim de servir de polo de irradiação de um padrão de qualidade para outras escolas e de espaço de aperfeiçoamento em serviço para profissionais de educação e centros de estágio para normalistas;

- adoção do sistema de monitoria nas classes de 1ª série do 1º grau, com a participação dos alunos, estágios do curso pedagógico das Escolas Normais;

- instituições do sistema de coordenação pedagógica, por área de ensino, através de uma sistemática regionalizada por agrupamento de escolas de 1º grau, objetivando coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades curriculares estabelecidas para cada série;

- garantia da merenda e material de apoio às unidades de ensino público de 1º grau, no início de cada semestre letivo, utilizando para

- adoção de uma sistemática de repasse de recursos financeiros às escolas favorecendo a aquisição e utilização, em tempo hábil, dos bens e serviços indispensáveis;

- fortalecimento das salas de leitura/bibliotecas a serem utilizadas pelo professor e aluno no desenvolvimento das unidades de ensino;

- instalação nas DREs de Núcleos de Apoio Curricular - NACs;

- aproveitamento dos Centros de Estudos Supletivos - CES existentes, para a produção de material didático, demonstração de experiências pedagógicas, reciclagem e orientação de professores que não dispõem de recursos didáticos em suas escolas;

- identificação e fortalecimento de experiências pedagógicas significativas existentes, mediante o acompanhamento técnico pedagógico sistemático às UEs, o suprimento de recursos didáticos e o incentivo às escolas e professores envolvidos;

- acompanhamento, controle e avaliação do rendimento escolar, utilizando-se tanto, resultados de pesquisas, estudos na própria escola, encontros e cooperação técnica sistemática.

2 - Valorização dos Profissionais de Ensino

Na área de valorização dos profissionais de ensino, serão concentrados esforços na organização de três subsistemas que articulados, mudarão a atual imagem e condições de trabalho desses profissionais. O primeiro subsistema a ser implantado compreenderá o PLANEJAMENTO E O SUPRIMENTO dos recursos humanos da rede escolar, possibilitando:

a) a previsão, identificação e informação das necessidades quantitativas e qualitativas de recursos humanos;

b) a participação e/ou a realização dos processos seletivos conforme a legislação vigente, para cobrir as carências identificadas;

c) a identificação e a indicação do pessoal a ser redistribuído, bem como das oportunidades de seu aproveitamento em outras áreas;

d) a observação dos requisitos exigidos para preenchimento dos cargos, empregos ou funções, de acordo com suas especificações;

d) a convocação dos candidatos classificados no processo seletivo e a elaboração dos respectivos atos de nomeação e posse, lotando-os

O segundo subsistema consistirá no TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO dos cursos humanos cabendo à SEDUC:

a) o planejamento ou consolidação e avaliação da programação de treinamentos visando atender às necessidades do órgão, das escolas e entidades afins;

b) o fornecimento de dados sobre as necessidades de treinamento, para efeito de programação e desenvolvimento;

c) a oferta de oportunidades aos servidores treinados para aplicação de conhecimentos adquiridos nos treinamentos ou na qualificação obtida;

Nesse sentido, a SEDUC, atendendo aos indicadores expressos no Censo do Magistério/91 desenvolverá, em articulação com as universidades e outras agências formadoras, inclusive escolas, treinamento para professores do pré à 4ª série do 1º grau. O desenvolvimento dos treinamentos ocorrerá de forma regionalizada, com a capacitação de docentes e técnicos, que atuarão como elementos multiplicadores do processo competindo-lhes ainda, o acompanhamento dos efeitos do treinamento através do desempenho do professor e redimento dos alunos;

Os treinamentos integram o Programa de Capacitação Permanente do Magistério, que tem como linhas prioritárias:

- Integração a uma política mais ampla de melhoria da qualidade do ensino da escola pública;

- compromisso do Estado com a valorização dos profissionais do Magistério e com o resgate da escola pública;

- oferta permanente e sistemática de cursos de capacitação e atualização a todos os professores, da rede estadual de ensino, assegurando-lhes uma carga horária anual mínima de 40 horas/aula destinadas ao seu aperfeiçoamento profissional;

- garantia de crédito de titulação para acesso e promoção dos professores na carreira do magistério, após as etapas de avaliação, definições nos cursos e treinamentos;

- agilização dos processos institucionais de modo a garantir a participação dos profissionais do magistério nos cursos de capacitação;

- qualificação de professores leigos.

O terceiro subsistema desenvolverá o CONTROLE E MANUTENÇÃO dos cursos humanos, criando condições de permanência e desempenho de suas atividades, de maneira eficiente e eficaz. Para tanto, competirá à SEDUC:

a) o estabelecimento de políticas e diretrizes de

- b) a aplicação de normas legais e regulamentares sobre o Plano de Cargos e Carreiras;
- c) a análise, elaboração, expedição e avaliação de atos de concessão de direitos e vantagens aos seus servidores;
- d) o exame e informação de ocorrências relativas ao provimento de cargos, vacâncias, afastamento e movimentação de pessoal;
- e) a alteração de Tabela de Códigos de Verbês, salários e funções pertencentes à folha de pagamento, quando necessário;
- f) a implantação de servidores em folha de pagamento mediante apresentação prévia de certidão sobre a acumulação de cargos.

As ações desse subsistema serão dirigidas especialmente para a recuperação progressiva do poder aquisitivo do Magistério, mediante a elaboração e implantação do Plano de Cargos e Carreiras e a reformulação do Estatuto do Magistério. Tais documentos deverão consignar critérios que agreguem titulação ou habilitação, avaliação de resultados, local de trabalho, mérito, produtividade, além de outros a serem explicitados em lei específica. Incluem-se ainda no subsistema, intervenções mais profundas que propiciem melhor atendimento ao usuário quanto às suas questões funcionais e financeiras ou seja, direitos e vantagens, dando-se atenção à lotação funcional por unidade administrativa e escola. Implantação, finalmente, o subsistema no estabelecimento de controle, adotando uma estratégia de auditoria de pessoal. Essa política será implementada de forma articulada com o programa de cooperação Estado/Município.

3 - Racionalização e Democratização da Gestão do Sistema de Ensino

A racionalização e Democratização da Gestão do Sistema de Ensino, enquanto política que se evidencia como necessária a partir do quadro educacional descrito, há que ser considerada no âmbito de atuação do sistema:

- na parceria ou colaboração do Estado com a União e os Municípios e vice-versa;

- nas relações da Secretaria da Educação com as Delegacias Regionais, os Órgãos Municipais de Educação e outras agências do Estado para o desenvolvimento de projetos afins;

- nas relações das Delegacias Regionais de Educação com as instituições educacionais sob sua jurisdição;

- nas relações entre redes de ensino público e privado;

- na autonomia da unidade escolar.

Há que se estabelecer portanto, uma parceria no desenvolvimento de "políticas pactuadas" o que, na prática, significa operacionalizar o princípio do direito à educação a todos os cidadãos.

Com efeito, trata-se essa política de um desmembramento de estratégia de organização que define, com clareza, a missão e objetivos de cada órgão.

A SEDUC deve descentralizar a estratégia operacional, controlando mais os resultados, reduzindo gradativamente o controle a priori, elegendo um sistema para definir metas, indicadores e contratos de responsabilidades mútuas.

No âmbito das relações entre as diversas instâncias educacionais, é necessário adotar medidas descentralizadoras e de desconcentração, a fim de que o poder decisório seja exercido de forma democrática e atenda, com maior agilidade, às aspirações regionais e locais. Um dos eixos dessa política é o fortalecimento do município, enquanto unidade gestora do sistema de educação.

É propósito do Estado trabalhar em comum acordo com os municípios, estabelecendo, para tanto, duas vias de encaminhamento que podem assim ser resumidas, quanto à normas de atuação.

Levando-se em conta que muitos municípios cearenses já dispõem de vontade política e de corpo técnico competente, deve-se caminhar para a transferência total, aos municípios, dos encargos do 1º grau. Desse modo, desaparece a fronteira entre as diversas escolas públicas, formando-se uma única rede pública de ensino. Neste caso, o elemento-chave dessa proposta será o cálculo do custo-aluno-ano, tomando-se por base uma escola de qualidade, devendo, o financiamento federal e estadual, pautar-se por esse indicador e/ou outros indicadores básicos dessa rede.

A segunda forma de atuação será conduzida pelo princípio da articulação das redes estadual e municipal, envolvendo ações de cooperação técnica e financeira, esta última também baseada no custo-aluno-ano. As ações a serem empreendidas serão definidas a partir de acordos mútuos baseados nas necessidades de cada município.

As duas formas de atuação visam à melhoria da qualidade do ensino e objetivam a realização, a médio prazo, da municipalização integral do ensino básico no Estado.

A luz do decreto nº 20.620, de 12/03/90, o Estado já iniciou essa política de cooperação, atuando, juntamente com alguns Municípios, nas áreas de:

a) projetos educacionais e curriculares;

b) capacitação de pessoal;

c) apoio a eventos de integração escola-comunidade;

d) assistência ao aluno (merenda escolar, material didático e transporte).

e) manutenção de prédios escolares;

f) reformas e ampliações;

g) construções escolares.

Para a execução dessas ações, exigir-se-á a constituição de Conselhos Municipais de Educação, órgãos consultivos, vinculados aos Secretários de Educação dos Municípios, cujas funções consistem em detectar os problemas do sistema, definir prioridades, estabelecer diretrizes e emitir pareceres para solução dos entraves e situações problemáticas constatadas.

Outro eixo da política de racionalização e democratização da gestão do ensino é a questão da autonomia escolar. Isto significa mudar o padrão de intervenção do Estado, levando ao fortalecimento da organização da escola e a uma verdadeira descentralização, para que a escola assuma iniciativas, inove e se capacite para a gestão de um projeto que tenha como identidade a responsabilidade e o compromisso, voltados para:

- a definição do tratamento a ser dado aos conteúdos curriculares;
- a seleção e aplicação de métodos de ensino;
- a decisão sobre o uso mais adequado do tempo e do espaço físico;
- o gerenciamento dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- a integração da escola ao seu meio social;
- a adoção de soluções técnicas e pedagógicas para a questão da evasão e a repetência escolares e do treinamento de seu pessoal;
- a prestação de contas e o cumprimento dos contratos sobre questões de sua competência;
- controle e avaliação da qualidade do serviço educacional ofertado.

Finalmente, o relacionamento das Secretarias de Educação terá o efeito de congregar esforços e serviços para a redução de despesas e a não duplicação de meios para fins idênticos. Esta questão implica em romper o isolacionismo das diferentes ações estatais. No intuito de estimular o trabalho conjunto das Secretarias, será importante a realização de fóruns permanentes para troca de informações entre os órgãos governamentais, iniciando-se pelos dirigentes superiores de cada Secretaria com atividades afins e se consolidando ao nível dos Secretários, nas áreas de competência das diferentes Secretarias.

Outros interlocutores poderão colaborar nesse processo, em especial, as universidades, através de programas os mais diferenciados, desde a busca de integração de atividades básicas, até outras formas de apoio técnico-pedagógico e oferta de disciplinas e estudos que propiciem uma melhor compreensão dos problemas do Estado. As universidades poderão, assim, sistematizar a colaboração na formação de

-22-
cionando maior autonomia técnica-administrativa-pedagógica às escolas, num regime de colaboração em que suas possibilidades técnicas e científicas possam al- demonstradas.
Uma empreitada desse nível exige que a Secretaria da Educação assuma um compromisso de reforma gerencial em que se integrem, não apenas as questões estruturais mas, que se adotem novos padrões de gestão visando a uma maior descentralização de decisão, à desconcentração de poder, à redistribuição de recursos e ao fortalecimento das instâncias intermediárias e da instância local. Este é um compromisso que declaradamente, a Secretaria da Educação do Ceará assume.

EM CR\$ 1.000,00

FUNDAMENTAL	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
	<p>- Regularização do fluxo escolar nas séries iniciais do 1º Grau, elevando a média de aprovação de 1ª para a 2ª série e desta para a 3ª.</p> <p>Estes estabelecimentos de ensino, numa ação articulada com as Escolas Normais, deverão adotar o sistema de monitoria, utilizando 800 alunos do 3º e 4º pedagógico para colaborar com os professores nas atividades de reforço. Serão ainda beneficiados com material didático pedagógico e acompanhamento sistemático.</p> <p>- Dentre estas escolas, serão escolhidas 05 para o desenvolvimento de uma <u>Experiência Inovadora</u>, com o mesmo objetivo, porém com a coordenação, execução e avaliação da própria escola, que deverá elaborar o seu Projeto, Pedagógico atentando para garantia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> material didático para o aluno e professor, adequado ao currículo; treinamento para os professores, trabalhando do suas <u>reais necessidades</u> de conteúdos curriculares e metodologias, bem como, os aspectos psicossociais que interferem no <u>agir</u> educativo; planejamento didático com a participação dos pais de aluno; utilização do sistema de monitoria, se for o caso. <p>Esta Experiência contará com o assessoramento e o acompanhamento da DERE/SEDUC.</p>	706.202	-	-	466.202	240.000
		100.000	-	-		100.000

ARÁ
A EDUCAÇÃO
A DE PLANEJAMENTO - CP

/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

ERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	A S S E G U R A D O S			A N E G O C I A R
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
M	- Elaboração e impressão de 547.566 exemplares de materiais de ensino e manuais de orientação destinados ao desenvolvimento curricular.	2.691.050	-	-	2.691.050	-
M	- Dinamização da educação artística na escola pública estadual.	2.100	-	-	2.100	-
G	- Acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela escola e pela DERE com a realização de pesquisas e contratação de consultoria.	784.836	-	-	333.000	451.836
G	- Manutenção de 1.063 escolas da rede estadual de ensino.	10.554.194	-	-	5.277.097	5.277.097
M	- Atendimento ao aluno da rede pública estadual com livros texto para o aluno, manual para o professor, acervo bibliográfico para biblioteca/ sala de leitura e financiamento à elaboração de livros pelo aluno.	9.060.690	-	-	5.060.690	4.000.000
M	- Reforço às ações em desenvolvimento, na unidade escolar, com material escolar e didático, manuais de apoio, caderno de atividades para o telensino e material de escrituração.	3.621.309	-	-	1.492.389	2.128.920
M	- Aquisição de vagas ociosas em escolas particulares de 1º Grau.	437.538	-	-	437.538	-
M	- Reequipamento de 700 escolas estaduais	4.838.368	-	-	2.668.868	2.169.500

RECURSOS/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

ERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	RECURSOS				
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
	- Recuperação de 278 escolas públicas estaduais	7.330.000	-	430.000	1.275.000	5.625.000
	- Ampliação de escolas com a construção e equipamento de 336 salas de aula visando eliminar gradativamente o turno intermediário de 159 escolas.	3.271.568	-	168.197	2.923.371	180.000
	- Manutenção do Projeto de Ampliação da Jornada de estudo na 1ª e 2ª séries do 1º Grau.	100.171	100.171	-	-	-
	- Construção e equipamento de 05 escolas, 01 na capital e 04 no interior.	806.696	-	806.696	-	-
	- Manutenção do Centro de Informática, localizado no Instituto de Educação.	100.000	-	100.000	-	-
	- Operacionalização do Programa Estadual de Alimentação escolar - PEA-E para beneficiar os alunos de Pré-Escolar à 8ª série do 1º grau da rede estadual e das escolas filantrópicas.	731.803	731.803	-	-	-
	- Apoio financeiro às 49 escolas dos Perímetros Irrrigados, situadas em 08 municípios.	376.162	-	-	188.081	188.081
	- Construção de 50 quadras de esporte em 50 escolas estaduais, na capital e no interior.	3.350.000	-	-	-	3.350.000
	- Implantação, nas escolas públicas estaduais de 02 Projetos de Teleeducação, a serem veiculados pela TVE para as classes de 5ª à 8ª série sob as denominações de Educação para a Saúde e Educação Ambiental.	872.221	-	-	-	872.221

CEARÁ
DA EDUCAÇÃO
RIA DE PLANEJAMENTO - CP

DES/CUSTOS

ERIZAÇÃO		ESPECIFICAÇÕES		R E C U R S O S					EM CR\$ 1.000,00
		TOTAL	ASSEGURADOS					A NEGOCIAR	
			ORÇ.	FDC	SE/QE				
PRÉ-ESCOLAR	0 valor total dos dois Projetos importa em CR\$. 872.221.000,00 sendo que Cr\$ 440.341.000,00 serão destinados à impressão e distribuição de cadernos para o aluno/professor e Cr\$ 440.341.000,00 destinadas ao pagamento de consultoria prestada pela Fundação Roberto Marinho à elaboração do material e montagem dos cursos.								
	Cooperação técnico-pedagógica à Educação Pré-Escolar com material didático-pedagógico e consultoria.	100.000	-	-	-			100.000	
ESPECIAL	Manutenção da Educação Especial.	100.000	-	-	-			100.000	

EM CR\$ 1.000,00

EM CR\$ 1.000,00

TERMINALIZAÇÃO		R E C U R S O S					EM CR\$ 1.000,00
ESPECIFICAÇÕES	TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR		
		ORÇ.	FDC	SE/QE			
- Transformação de 06 Escolas Normais em Centros Regionais de Referência - CRR como agências formadoras de professores de Pré-Escolar à 4ª série de 1ª Grau, com o objetivo de se tornarem centros irradiadores de padrão de qualidade para outras escolas. Daí a necessidade de se dar condições, à escola, tanto para reciclagem dos professores como para supri-la dos materiais didáticos e pedagógicos necessários ao desenvolvimento dessa Experiência.	393.000	-	-	-	393.000		
- Apoio técnico-pedagógico e financeiro às demais Escolas Normais.	300.000	-	-	-	300.000		
- Elaboração, impressão e distribuição de materiais de ensino de 1ª à 3ª série do 2º Grau, necessários à operacionalização do currículo.	819.942	56.629	-	-	763.313		
- Instalação de 17 escritórios-modelo em escolas do 2º Grau que oferecem curso técnico de contabilidade, beneficiando 8.315 alunos.	281.256	-	-	-	281.256		
- Aquisição de equipamentos para a montagem de um laboratório pedagógico a ser utilizado nos treinamentos de professores.	47.520	-	-	-	47.520		

CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

RIZACÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	A S S E G U R A D O S			A N E G O C I A R
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
	- Aquisição de 1.674 vagas ociosas em escolas par- ticulares de 2º Grau.	534.836	534.836	-	-	-
	- Manutenção dos colégios agrícolas situados nos municípios de Lavras da Mangabeira, Pacatuba , Mombaça.	337.900	220.300	117.600	-	-
	- Implantação do Centro Regional de Educação Agro- pecuária.	402.015	-	402.015	-	-

CEARÁ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - CP

ES/CUSTOS

CARACTERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S					EM CR\$ 1.000,00
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR	
			ORÇ.	FDC	SE/QE		
ANO DE JOVENS E S.	- Reestruturação dos Centros e Núcleos de Educação Supletiva - CES e NES, com informatização, elaboração da proposta pedagógica, aquisição/elaboração de material didático e contratação de consultoria	252.040	-	-	-	252.040	
	- Reestruturação e expansão do Curso de Qualificação e de Habilitação de professores leigos com a aquisição e elaboração de módulos de ensino (8.000) e coleções didáticas (80)	231.480	-	-	-	231.480	
	- Manutenção dos cursos promovidos pelos 10 Centros de Iniciação Profissional.	10.000	-	-	-	10.000	
	- Apoio à realização de exames supletivos de 1º Grau e do Curso de Suplência de 1º Grau - SPG, com a modernização do processo dos Exames, através da informatização, implantação do Banco de Questões, aquisição e reprodução de material didático e pagamento dos monitores do SPG.	1.253.585	-	-	-	1.253.585	

EAPÁ
 DA EDUCAÇÃO
 IA DE PLANEJAMENTO - CP

S/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

TERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	A S S E G U R A D O S			A N E G O C I A R
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
ÇÃO DE RECUR - NOS/ENSINO FUN	- Capacitação permanente de 16.945 professores e de 570 especialistas da Rede Estadual de Ensino Capital e Interior, que atuam junto aos alunos da Pré-Escola à 8ª série do 1º Grau.	11.925.931	-	-	800.000	11.125.931
	- Capacitação de 2.819 dirigentes e técnicos dos sistemas de Ensino Estadual e Municipal.	29.653	-	-	29.653	-
	- Capacitação de alunos e profissionais da Rede Oficial de Ensino na área de preparação para o trabalho.	90.000	-	-	-	90.000
	- Capacitação, em 40 h/a para 510 professores que comporão os Núcleos de Apoio Curricular nas 14 DERE's.	88.462	-	-	-	88.462
	- Capacitação em 40 h/, para 532 professores de educação artística lotados nas 14 DERE's.	100.470	-	-	-	100.470
	- Capacitação do pessoal envolvido com as ações do Programa de Alimentação Escolar.					
	• Curso de Auxiliar de Nutrição para 80 su - pervisores do SEMAE (Serviço Municipal de Alimentação Escolar nas DERES. • Treinamento de 356 profissionais visando a aplicação do Censo Altura/Idade nos escola res de 1ª série do 1º grau. - Treinamento de 335 professores de 1ª série para aplicação dos testes de acuidade visual. - Treinamento de 748 auxiliares de biblioteca res ponsáveis pelas salas de leitura.	108.220 44.900 37.900 86.395	-	-	-	108.220 44.900 - 86.395

ARÁ
A EDUCAÇÃO
A DE PLANEJAMENTO - CP

/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

ERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
	Capacitação de 6.750 professores da rede oficial de ensino através de programas educativos veiculados via satélite pela TV - séries iniciais.	1.280.668	-	-	76.783	1.203.885
	- Capacitação de 150 professores que atuam em 05 escolas da rede estadual e municipal, responsáveis pela Experiência Inovadora de erradicação da repetência dos alunos que cursam as 1as e 2as series.	40.016	-	-	-	40.016
	Cada escola deverá elaborar o seu Projeto, com a participação dos docentes, de modo a atender, tanto as carências relacionadas aos conteúdos curriculares e metodologias, demonstradas por ocasião de sua prática pedagógica cotidiana, como aos aspectos psicossociais que interferem no agir educativo.					
	Este Projeto poderá ser realizado ao longo do ano ou do semestre letivo, ou ainda por períodos intensivos, com uma carga horária de 104h/a, contanto que se adequa ao Plano de Trabalho da Unidade Escolar para que o processo de aprendizagem do aluno não seja interrompido.					
	Cabe, portanto, à escola a coordenação desse Projeto, ficando o acompanhamento com a DERE/SEDUC.					
	Apesar da Experiência voltar-se para as 1as e 2as series, o treinamento beneficiará todos os professores de cada escola.					

0

1

/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

TERIIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S					A NEGOCIAR
		TOTAL	ASSEGURADOS				
			ORÇ.	FDC	SE/QE		
ÇÃO DE RECURSOS ENSINO MÉDIO.	- Capacitação de 120 professores do 2º Grau das 14 DERES nas disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática e Física.	61.740	-	-	-	61.740	
	- Capacitação de 200 professores que lecionam em 06 Escolas do Curso de Habilitação para o Magistério.	53.900	-	-	-	53.900	
	- Realização de 03 encontros com 100 participantes - agentes multiplicadores para orientação e aplicação dos manuais do Projeto de Redefinição Curricular.	69.600	-	-	69.600	-	
	- Realização de 03 encontros regionais envolvendo 700 participantes das 14 DERES, visando a orientação na aplicação dos manuais de ensino-aprendizagem.	116.088	-	-	116.088	-	
	- Capacitação de 60 professores do Curso de Preparação para o Magistério, na área de alfabetização, com 484 horas, proporcionando-lhes conhecimentos teórico-práticos com base em pesquisas científicas, objetivando o desenvolvimento do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.	49.806	-	-	-	49.806	
	- Treinamento para 246 professores do 2º Grau, nas disciplinas específicas do Curso de Contabilidade das Escolas da 1ª, 2ª, 5ª, 7ª, 10ª, 12ª e 14ª DERES	34.613	-	-	-	34.613	

;/CUSTOS

TERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S					EM CR\$ 1.000,00
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR	
			ORÇ.	FDC	SE/QE		
	- Realização de 02 encontros com 140 professores do 2º Grau dos Cursos de Auxiliar de Escritório, Administração, Eletricidade, Crédito e Finanças, Patologia Clínica, Comércio, Auxiliar de Enfermagem e Estatística, das Escolas da 1ª, 2ª e 6ª DEDES.	51.000	-	-	-	51.000	

/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

CARACTERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	RECURSOS				
		TOTAL	ASSEGURADOS			A NEGOCIAR
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
CÃO DE RECURSOS EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.	- Treinamento de 100 professores dos CES - NES (Centros de Estudos Supletivos - Núcleos de Estudos Supletivos).	46.400	-	-	-	46.400
	- Realização de 09 encontros pedagógicos envolvendo 5.000 cursistas do curso de qualificação e habilitação de professores leigos.	121.088	-	-	-	121.088
	- Realização de 01 encontro com diretores e coordenadores das Unidades Escolares da 1ª DERE onde existe o Programa de Educação Básica - (PEB).	2.279	-	-	2.279	-
	- Reciclagem para professores dos cursos de iniciação profissional nas modalidades de corte e costura, bordado, articulatória, cerâmica e outras técnicas.	8.874	-	-	-	8.874

ÁREA
DE EDUCAÇÃO
DE PLANEJAMENTO - CP

CUSTOS

ERIZAÇÃO

ESPECIFICAÇÕES

EM CR\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S					A NEGOCIAR
	TOTAL	ASSEGURADOS				
		ORÇ.	FDC	SE/QE		
AO DE RECURSOS / TÉCNICO ATIVO.	- Treinamento de 146 Inspectores que atuam nas 14 DERE's e na SEDUC e de 20 servidores do setor de arquivo do Serviço de Fiscalização da Vida Escolar. - Capacitação de 200 dirigentes, 42 técnicos e professores de Ciências e Educação Física na área de prevenção às drogas e às doenças sexualmente transmissíveis. - Capacitação de 1.116 diretores, vice-diretores e demais integrantes da congregação escolar e representantes de pais e alunos, com a finalidade de reforçar a articulação Escolar / Comunidade. - Capacitação de 300 servidores do DI, DA, DEPES, DDC, DF e DAE e DERES nas diversas áreas de atuação, tendo em vista a melhoria da qualidade dos seus desempenhos. - Realização de 10 encontros com diretores, professores, pais, agentes comunitários, líderes sindicais e profissionais diversos participantes dos Conselhos Regionais de Educação da 2ª e 7ª Regiões Educacionais, visando a uma maior concretização na Integração Escola / Comunidade, na luta pela melhoria da Escola Pública. - Capacitação na área de Planejamento Educacional para os componentes da Coordenadoria de Planejamento da SEDUC, com vistas à melhoria do desempenho técnico da Equipe.	87.744	-	-	26.004	61.740
		60.980	-	-	-	60.980
		128.355	-	-	-	128.355
		18.155	-	-	-	18.155
		18.150	-	-	18.150	-
		40.000	-	-	-	40.000

- Treinamento de 146 Inspectores que atuam nas 14 DEREIS e na SEDUC e de 20 servidores do setor de arquivo do Serviço de Fiscalização da Vida Escolar.
- Capacitação de 200 dirigentes, 42 técnicos e professores de Ciências e Educação Física na área de prevenção às drogas e às doenças sexualmente transmissíveis.
- Capacitação de 1.116 diretores, vice-diretores e demais integrantes da congregação escolar e representantes de pais e alunos, com a finalidade de reforçar a articulação Escolar / Comunidade.
- Capacitação de 300 servidores do DI, DA, DEPES, DDC, DF e DAE e DERES nas diversas áreas de atuação, tendo em vista a melhoria da qualidade dos seus desempenhos.
- Realização de 10 encontros com diretores, professores, pais, agentes comunitários, líderes sindicais e profissionais diversos participantes dos Conselhos Regionais de Educação da 2ª e 7ª Regiões Educacionais, visando a uma maior concretização na Integração Escola / Comunidade, na luta pela melhoria da Escola Pública.
- Capacitação na área de Planejamento Educacional para os componentes da Coordenadoria de Planejamento da SEDUC, com vistas à melhoria do desempenho técnico da Equipe.

ARÁ
A EDUCAÇÃO
A DE PLANEJAMENTO - CP

/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

ERIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	A S S E G U R A D O S			A N E G O C I A R
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
1ZACÃO E DEMO ÃO DA GESTÃO 0.	- Expansão, manutenção e descentralização dos sis- temas de informática;	226.478	-	-	-	226.478
	- Realização de concurso público para professores, visando ao suprimento de carências nas escolas estaduais.	305.080	-	305.080	-	-
	- Planejamento da rede física;	60.000	-	-	-	60.000
	- Cooperação Estado/Município apoiando às Prefei- turas com material didático, treinamento, ampli- ação de escolas e pagamento de professores.	18.787.372	-	9.310	778.062	18.000.000
	- Apoio às ações culturais desenvolvidas pela es- cola pública com a aquisição de um veículo esco- lar e material de apoio ao trabalho.	253.000	-	-	-	253.000
	- Apoio às ações desenvolvidas pelo Órgão Central SEDUC e órgãos regionais - DERE.	2.230.061	468.000	-	1.662.061	100.000
	- Ampliação, equipamento e manutenção do Centro de Treinamento da SEDUC.	700.332	-	-	-	700.332
	- Apoio ao desenvolvimento de Sistema de Estatís- tica Educacional.	118.921	-	18.921	-	100.000
	- Aquisição de 01 carro, tipo FURGÃO, para trans- portar os equipamentos escolares da Sede da SEDUC para as escolas.	152.925	-	-	-	152.925
	- Recuperação e ampliação de 14 DERES com a cons- trução de 01 sala para reuniões por DERES.	630.000	-	-	-	630.000

EAPR
 DA EDUCAÇÃO
 DE PLANEJAMENTO - CP

ES/CUSTOS

EM CR\$ 1.000,00

RIZACÃO	ESPECIFICAÇÕES	R E C U R S O S				
		TOTAL	A S S E G U R A D O S			A N E G O C I A R
			ORÇ.	FDC	SE/QE	
	- Implantação de 21 Centros, de Informática em Educação, em 21 centros de referência da capital e do interior.	420.000	-	-	-	420.000

ANEXOS

FORMATO 1	MEC	PROGRAMAÇÃO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA		PROCESSO Nº:	
				ANO: 1992	1. UF: CEARÁ
MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL		2. RECURSOS (R\$ 1,00)			
		SE/OE	ORÇAMENTO PRÓPRIO	OUTROS	TOTAL
CRECHE		-	-	-	-
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		-	3.632.144.170	-	3.632.144.170
ENSINO FUNDAMENTAL		15.823.603.594	27.867.636.355	48.405.357.479	92.096.597.428
ENSINO MÉDIO		-	5.961.318.073,	929.256.300,	6.890.574.373
EDUCAÇÃO ESPECIAL		-	335.068.647	-	335.068.647
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		-	13.635.157.302,	178.703.282	13.813.860.584,
TOTAL		15.823.603.594	51.431.324.547	49.513.317.061,	116.768.245.849,

Obs: Este quadro deverá ser preenchido pela SECUF.

FONTE: Lei nº 11.897, de 27/12/91 - Orçamento do Estado do Ceará - Pág. 31 a 34, 437 e 604

OBS: Os recursos de pessoal, em todos os níveis, estão concentrados na administração geral da SEDUC (Programa 07).

ESTADO DO CEARÁ
FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ - FUNTELC
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - APC

P L A N O G L O B A L

EXERCÍCIO 1992

FORTALEZA - MARÇO DE 1992

01. APRESENTAÇÃO

Ao tempo em que o Ministério de Educação define uma política de teleducação, reconhecendo nesta modalidade uma alternativa capaz de resolver os graves problemas educacionais, decorrentes do atraso social, da insuficiência dos meios convencionais e da amplitude do país, a Fundação de Teleducação do Ceará, com 18 anos de experiência na área, esforça-se no sentido de reestruturar e modernizar o seu potencial técnico-administrativo e pedagógico para cumprir com eficiência e eficácia a sua missão institucional.

Tendo como meta primordial: "contribuir para a ampliação da oferta de matrícula de 1º grau, proporcionando um melhor nível de ensino através de inovações metodológicas e tecnológicas no processo educacional" pretende otimizar os meios e os recursos necessários à colimação de seus objetivos. Em consonância com a meta do atual Governo do Estado e aliando-se à batalha da democratização da educação básica, condição essencial ao processo de desenvolvimento almejado para o país, a FVE elabora um Plano Global contemplando áreas de maior carência e, os setores que ocupam posições estratégicas que irão colaborar para o impulso na direção da modernidade e da produtividade.

Como se sabe, o telensino foi implantado no Ceará em 1974. Ao longo desses anos, ora vem acontecendo acréscimo, ora queda nos percentuais de matrícula nessa modalidade de ensino, chegando mesmo a ocorrer um decréscimo em 1986 e 1987, da ordem de 21,7% e 1,62%, respectivamente. Em 1988, a taxa de matrícula aumentou significativamente, o que se pode evidenciar num percentual de 16,91%, baixando novamente, desta feita, para 6,67% (42.573 alunos) em 1989 e para 4,62% (44.542 alunos) em 1990. No ano letivo de 1991, foram matriculados 49.261 alunos no sistema, correspondendo, a taxa de crescimento de 10,5%.

01. APRESENTAÇÃO

Attingindo esta matrícula, o telensino contribui com 21,5% na demanda do Estado nas séries terminais do 1º grau, que correspondem a 299.315 alunos.

As causas dessa oscilação podem ser atribuídas, entre outros fatores, à falta de uma política de expansão do telensino; à ausência de um conhecimento, pelo usuário, da importância do ensino pela TV; à carência de repetidoras com capacidade para retransmissão da imagem e do som com qualidade, em muitos municípios; à inexistência de um projeto de expansão racional e gradual do telensino, ocasionando um crescimento espontâneo, destituído de critérios técnico-pedagógicos.

DEMONSTRATIVO DO SISTEMA DE TELEEDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

1974 A 1991

ANO	MUNICÍPIOS	MATRÍCULA	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1974	08	4.139	-
1975	29	9.695	134,2
1976	34	12.423	28,1
1977	32	12.393	-0,3
1978	40	14.810	9,5
1979	43	15.672	5,8
1980	44	17.685	12,8
1981	44	20.635	16,6
1982	41	24.058	16,5
1983	49	26.082	8,4
1984	59	30.747	17,8
1985	63	44.310	44,1
1986	64	34.692	-21,7
1987	62	34.138	-1,6
1988	68	39.911	16,9
1989	85	42.573	6,6
1990	81	44.542	4,6
1991	84	49.261	10,5

Para 1992, estima-se um crescimento da matrícula da ordem de 20% perfazendo um total de 60.000 telealunos, pretendendo-se ao longo de quatro anos atingir uma clientela de 100.000 telealunos.



Portanto, expandir o ensino, redimensionar a programação pedagógica, ampliar o número de estações retransmissoras do sinal, melhorar e fortalecer os serviços de informação, construir novos espaços físicos, promover o reequipamento de seu parque técnico são ações que há muito reclamam providências e a realização das mesmas constitui-se em sérvigos urgentes e essenciais.

Para se alcançar o êxito desejado, torna-se imprescindível, também, o treinamento e o desenvolvimento dos profissionais envolvidos, tanto no âmbito dos operadores, professores, produtores, técnicos comunicadores, realizados como no âmbito dos supervisores de campo e orientadores de aprendizagem. Todos esses profissionais para terem uma atuação adequada à realidade, necessitam pois de atualização.

Urge, portanto, que através do somatório de esforços do Poder Público, da Comunidade e da Instituição a Televisão Educativa, seja capaz de oferecer ensino, informação, entretenimento e cultura com qualidade e eficiência à sociedade cearense.

Assim poderá de forma mais rápida, sem oscilação, atender a totalidade dos municípios cearenses e resolver os problemas que atingem o ensino público do Estado do Ceará.

01. APRESENTAÇÃO

FUNDAÇÃO DE TELEDUCACÃO DO CEARÁ-FUNTELCE

ESTADO DO CEARÁ

PLANO GLOBAL

02. OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer as atividades administrativas, educativas e culturais, visando a modernização e otimização dos bens e serviços prestados à comunidade. Expandir o sistema de teleeducação de 1º grau, séries terminais, garantindo o crescimento da oferta de matrícula e as condições necessárias ao seu funcionamento, tendo em vista a universalização e a interiorização do teleensino no Estado do Ceará. Produzir programas informativos, educativos e culturais, visando a preservação da história e a difusão da criação cultural em suas diferentes manifestações. Implantar uma política de recursos humanos, voltada para a capacitação profissional e valorização funcional do servidor. Apoiar inovações pedagógicas na modalidade educação à distância, visando a otimização dos meios tecnológicos e a sua divulgação junto à comunidade educacional. 	

03. METAS	
<ol style="list-style-type: none"> Reestruturação dos programas de ensino das 04 séries com a produção de novos módulos e a impressão de 230.000 Manuais de Apoio. Aquisição de 500 aparelhos de televisão e 500 antenas para reequipamento de teleessais e compra de peças para reposição de 1.000 televisores, beneficiando 375 escolas usuárias do teleensino, na rede municipal. Realização de telecurso para formação de 700 Orientadores de Aprendizagem com recepção organizada em 22 núcleos, distribuídos nas 07 Áreas de Desenvolvimento Regional do Estado (ADR). Implantação de 45 estações retransmissoras de sinais de televisão em 36 municípios do estado, contando cada uma com dois canais simultâneos de imagem e som. Apoio a manutenção de 126 estações retransmissoras de sinais de televisão, localizadas nas 07 ADR. Recuperação e melhoria do sistema de retransmissão de sinais de televisão em 80 municípios do Estado. 	

08. Recuperação das instalações elétricas de alta e baixa tensão do prédio sede da Televisão Educativa e aquisição de um grupo gerador.

09. Instalação de uma Central de Produção de Vídeos para atendimento às escolas públicas de 1º e 2º graus e à comunidade em geral.

10. Expansão e fortalecimento do sistema de Informática com a instalação de uma rede com 08 terminais de computador e de um computador gráfico, beneficiando os diversos setores da instituição.

11. Oferta de cursos de capacitação para 150 servidores da FUNTELC.

12. Ampliação, reforma e equipamento de espaços físicos no prédio sede da FUNTELC, para criação de ambientes de estudo e socialização dos servidores e para abrigar setores da Engenharia, Almoxarifado e Carpintaria.

13. Realização de novas ações voltadas para a teleeducação, visando a capacitação e atualização de professores de 1º e 2º graus - sistema convencional.



DO CEARÁ
ÇÃO DE TELEDUCACÃO DO CEARÁ - FUNTELC

P L A N O G L O B A L

ESTALHAMENTO DAS AÇÕES

D E S C R I Ç Ã O D A A Ç Ã O	INDICADOR FÍSICO		RECURSOS (Cr\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
Reestruturação dos roteiros programáticos de todas as áreas de ensino e gravação de novos módulos em fitas profissionais para emissão das aulas, utilizando-se a tecnologia da informática, bem como da produção e impressão de novos manuais de apoio e cadernos de atividades, para atendimento à expansão do telensino. As quatro séries serão reestruturadas no período de quatro anos, iniciando-se em 1992 pela 5ª série. Os recursos previstos para esta ação serão destinados à aquisição de fitas, pagamento de cachês e impressão do material didático.	Fita	760	726.704,
	Livro	230.000	
	Cachê	632	
	Televisor	500	
Os aparelhos de televisão e as antenas serão repassados para as escolas usuárias do telensino com a finalidade de repor aqueles com vida útil já esgotada, obedecendo a um plano de distribuição e controle, com base em critérios previamente estabelecidos pelos setores competentes na tentativa de melhorar a qualidade da emissão. A manutenção dos televisores será realizada conforme levantamento de necessidades e elaboração de um plano de atendimento.	Antena	500	409.500,
	Escola	375	
	Participante Dinamizador Turma	700 30 30	
Treinamento à distância, com recepção organizada em 22 núcleos visando a capacitação de 700 orientadores de aprendizagem para atuarem nas teleaulas de 5ª a 8ª série, distribuídos nas 07 ADR.	ADR	07	380.000,

Fundação de
FUNTELC

O CEARÁ
DE TELEDUCACÃO DO CEARÁ - FUNTELC

P L A N O G L O B A L

LHAMENTO DAS AÇÕES

D E S C R I Ç Ã O D A A Ç Ã O

O treinamento terá uma duração de 80 h/a e será desenvolvido a partir de OUT/92 a JAN/93.

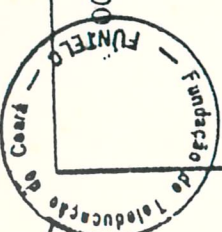
A implantação das estações pressupõe:

- . a doação de terreno, construção de abrigo e de estrada de acesso e instalação elétrica da estação, a cargo da Prefeitura;
- . a elaboração do projeto para instalação e montagem da estação;
- . construção de ramais de alta tensão e sub-estações abaxadoras, destinadas à eletrificação da estação;
- . a regularização da estação junto aos órgãos competentes;
- . e a instalação da estação e montagem da torre;

Para as 45 estações, serão adquiridos todos os equipamentos necessários tais como: torres, antenas, transmissores, conversores, cabos e conectores.

Para a manutenção das estações torna-se necessário a elabo-

INDICADOR FÍSICO	QUANTIDADE	RECURSOS (C.R. 1.000,00)
UNIDADE		
Núcleo	22	
Estação	20	3.150.000,
Município	17	
Canal	40	
Torre	21	
Antena	120	
Transmissor	62	
Conversor	30	
Estações	126	2.230.500



DO CEARÁ
O DE TELEEDUCAÇÃO DO CEARÁ - FUNTELCO

P L A N O G L O B A L

ALHAMENTO DAS AÇÕES

D E S C R I Ç Ã O . D A A Ç Ã O

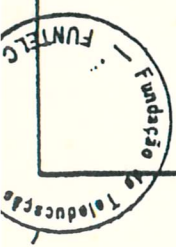
ração de um plano de visitas sistemáticas, para avaliação e prevenção de eventuais falhas no sistema de retransmissão. A manutenção constará da revisão do funcionamento das estações e reposição de componentes e equipamentos defeituosos. A execução desta ação exige a compra de veículos utilitários para as viagens das equipes técnicas, responsáveis pelo sistema de retransmissão de sinais de televisão.

Esta ação constará da aquisição de equipamentos para a recuperação e/ou substituição de torres e de antenas, de banco de baterias e de transmissores, visando o aumento de potência das estações; da mudança de linkagem; da instalação de sistemas de para-raios e da recuperação de instrumental de testes.

Esta ação constará da aquisição de 11 equipamentos para melhoria do funcionamento do parque técnico da estação, deixando-a em condições de pleno funcionamento em suas diversas áreas.

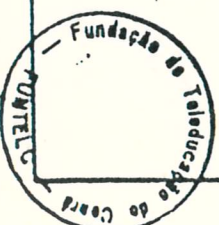
Esta ação prevê a construção de uma sub-estação abaixadora com potência instalada de 225 KVA; a instalação de um grupo gerador com potência nominal de 90 KVA e o dimensionamento e execução de novos circuitos eletrônicos, na sede da FUNTELCO.

INDICADOR FÍSICO	RECURSOS (Cr\$.L. 000,00)	
UNIDADE	QUANTIDADE	
Municípios Viatura	115 06	
Município Estação Equipamento Componente	80 89 284 596	5.056.200,
Parque Técnico	01	255.000,
Sub-estação	01	124.000,
Gerador	01	



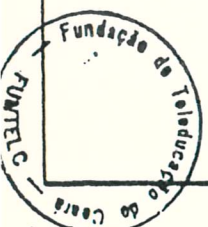
TALHAMENTO DAS AÇÕES

D E S C R I Ç Ã O . D A A Ç Ã O	INDICADOR FÍSICO		RECURSOS (Cr\$ 1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
Adaptação de espaço físico, com 500m ² para abrigar a Central de Produção.	Central	01	2.244.053,
Aquisição e instalação de equipamentos específicos, componentes eletrônicos e acessórios para a implantação da Central de Produção.	m ² Equipamento	500 576	
A expansão e o fortalecimento da Informática, constará da aquisição de uma rede de micro-computadores, composta de 01 micro-computador, 08 terminais, 04 impressoras e 03 soft, para instalação nas áreas de Produção, Engenharia, Pedagogia e Administração, atendendo à modernização das atividades da FUNTELC.	Equipamento	46	116.570,
Será adquirido ainda um computador gráfico e dois soft para renovação dos módulos de ensino, produção de vinhetas e abertura de programas da TVE.			
O treinamento de pessoal é parte integrante da meta nº 11.			
Os cursos de capacitação serão desenvolvidos no prazo de 02 anos, visando o aperfeiçoamento e o desempenho dos servidores da FUNTELC.	Participante	150	40.715,
O treinamento será realizado em duas etapas, para melhor atendimento das especificidades de cada área a saber:			
a) conteúdos voltados para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com a qualidade do trabalho;			
b) conteúdos voltados para a parte técnica e específica de cada função.			



ETALHAMENTO DAS AÇÕES

D E S C R I Ç Ã O . D A A Ç Ã O	INDICADOR FÍSICO		RECURSOS(Cr\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
<p>A construção dos espaços físicos prevê a criação de ambientes para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estudo e socialização, treinamento em serviço, biblioteca com acervo específico para teleducacão e telecomunicacão e um refeitório para atendimento a 100 servidores por turno; • abrigar os setores de controle e acompanhamento de produçãoe gravação de programas e as unidades de eletromecânica e de manutençãoe • carpintaria; • almoxarifado; <p>Os ambientes serão equipados em 1993, de acordo com suas especificidades e capacidade para atendimento dos serviços.</p>	m ²	600	386.156,
	Ambiente	09	
	Programa	10	121.372,
	DERE	14	
	Municípios	178	
<p>O desenvolvimento desta meta constará de 03 ações a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • promoção e veiculação de 10 programas Telenfoque, destinados à atualizaçãode professores da escola pública, abordando assuntos de interesse da educaçãoe inseridos no calendário escolar como dia letivo; • implantaçãoda especializaçãode Estudos Adicionais em Teleducaçãonuma escola de formaçãode professores em Fortaleza, visando a qualificaçãode profissionais para atuarem no telensino de 5ª à 8ª série; • implementaçãodo Programa de Capacitaçãode Professores à Distância, compreendendo os aspectos de acompanhamento, controle e avaliaçãoe, incluindo-se o treinamento de Orientadores de Aprendizagem - sistema convencional, com uma carga horária de 40 h/a. 	Escola	01	
	Turma	03	
	Alunos	100	
	Telessala	200	
	Município	178	
	Treinando	200	
	Cursista	4.000	



ESTADO DO CEARÁ
FUNDAÇÃO DE TELEEDUCAÇÃO DO CEARÁ - FUNTELIC

CUSTOS / SÍNTESE

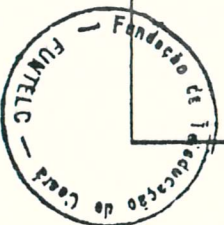
UF : CE
ANO: 1992

E S P E C I F I C A Ç Ã O	R E C U R S O S (EM Cr\$ 1.000,00)				
	T O T A L	A S S E G U R A D O S			À N E G O C I A R
		ORÇAMENTO	OUTROS	SE/QE	
NO GLOBAL DA FUNTELIC	15.241.360,	496.167,	-	-	14.745.193,

EFICIANDO:

Ensino Fundamental
Telecomunicações
Produção e Realização
Administração

Os recursos orçamentários estão assegurados no Programa de Investimento do Estado (PI) - JAN/MAR/92





TERMO DE COMPROMISSO

Certifico para fins de prova junto, ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará _____ admite professores
para o quadro do magistério somente mediante Concurso Público.

Fortaleza, 13 de março de 1992

Maria Luiza Barbosa Chaves
MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES
Secretaria da Educação



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Certifico para fins de prova junto, ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
que a Secretaria da Educação do Estado do Ceará admite professores
para o quadro do magistério somente mediante Concurso Público.

Fortaleza, 13 de março de 1992

Maria Luiza Barbosa Chaves
MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES
Secretaria da Educação

FORMATO 1	MEC	PROGRAMAÇÃO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA		PROCESSO Nº:	
				ANO: 1992	I. UF: CEARÁ

MODALIDADE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL	2. RECURSOS (CR\$ 1,00)			
	SE/GE	ORÇAMENTO PRÓPRIO	OUTROS	TOTAL
CRECHE	-	-	-	-
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	-	3.632.144.170	-	3.632.144.170
ENSINO FUNDAMENTAL	15.823.603.594	27.867.636.355	48.405.357.479	92.096.597.428
ENSINO MÉDIO	-	5.961.318.073,	929.256.300,	6.890.574.373
EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	335.068.647	-	335.068.647
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	13.635.157.302,	178.203.282	13.813.860.584,
TOTAL	15.823.603.594	51.431.324.547	49.513.317.061,	116.768.245.849,

Obr: Este quadro deverá ser preenchido pela SECUNF.

PONTE: Lei nº 11.897, de 27/12/91 - Orçamento do Estado do Ceará - Pág. 31 a 34, 437 e 604

OBS: Os recursos de pessoal, em todos os níveis, estão concentrados na administração geral da SEDUC (Programa 07).